



A HISTÓRIA DA CULTURA POPULAR EM GINZBURG E THOMPSON: UMA ANÁLISE DAS OBRAS O QUEIJO E OS VERMES E COSTUMES EM COMUM

Ives Leocelso Silva Costa¹

RESUMO: Este trabalho pretende analisar as contribuições de dois historiadores consagrados ao estudo da cultura popular em sociedades pré-industriais: Carlo Ginzburg e E.P. Thompson. Para tanto, serão utilizadas duas de suas principais obras; *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1976) e *Costumes em Comum* (coletânea de ensaios de Thompson publicada em 1991). A partir da análise dos textos, serão discutidas as abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos autores e de que maneira são relevantes para a pesquisa do tema.

Palavras-chave: Carlo Ginzburg. Edward P. Thompson. Teoria da História.

THE HISTORY OF POPULAR CULTURE IN GINZBURG AND THOMPSON: AN ANALYSIS OF WORKS CHEESE AND WORMS AND COSTUMES IN COMMON

ABSTRACT: This paper intends to analyze the contributions of two famed historians to the study of popular culture in pre-industrial societies: Carlo Ginzburg and E.P. Thompson. To that end, two of their main works will be utilized; *The Cheese and the Worms* (Ginzburg, 1976) and *Customs in Common* (a collection of essays by Thompson published in 1990). From the analysis of the texts, it will be discussed the theoretical-methodological approaches adopted by the authors and how they are relevant to the research of the topic.

Keywords: Carlo Ginzburg. Edward P. Thompson. Theory of History.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS). Integrante do *Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais* (CNPq-UFS).



1. INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, especialmente após deslocamento de foco da história política tradicional para uma história social de maior abrangência pela Escola dos Annales, diversos historiadores passaram a voltar-se para temas antes pouco explorados. Segundo Le Goff (2013, p. 490), “o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens [...]”

Entre as décadas de 1950 e 1970 predominam, contudo, modelos de explicação histórica de caráter estruturalista, dentre os quais o marxismo foi uma das principais influências. A preocupação dos historiadores deste período – que inclui a Era Braudeliana dos Annales – com o macro e com a totalidade trouxeram uma reação a partir dos anos 1970, representada na França pela Nova História, cujo foco passava a ser o específico, o cotidiano, as mentalidades.

A Nova História, por sua vez, foi acusada de pulverizar a história em uma série de narrativas de rigor teórico e relevância questionáveis. A partir dos anos 1980 consolida-se, então, a Nova História Cultural, que, segundo Vainfas (1997), caracteriza-se pela recusa ao conceito de mentalidades, tido como vago, pela preocupação com o popular e com a investigação dos conflitos socioculturais, incluído aí os conflitos de classe.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 16):

A revisão dos modelos explicativos disponíveis ocorreu a serviço de um interesse crescente pela cultura, sendo possível perceber uma insatisfação com explicações a partir da economia ou dos interesses de classe. Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e atividades rituais das pessoas, por exemplo, interagem com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais.

Esse interesse renovado pela cultura abrange também a chamada cultura popular, território de intensas disputas teóricas e ideológicas. Afinal, como compreender a relação entre cultura subalterna e cultura dominante? Como discernir os elementos originais de uma cultura do povo em documentos e registros realizados por membros das camadas sociais superiores, indiferentes ou mesmo hostis a ele?



Ronaldo Vainfas, em seu texto *História das Mentalidades e História Cultural*, pondera alguns destes questionamentos, analisando as contribuições de dois autores consagrados: Carlo Ginzburg e E.P. Thompson, precursores e referências da Nova História Cultural.

A cultura popular, segundo Ginzburg, se define antes de tudo pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes, o que confirma a preocupação do autor em recuperar o conflito de classes numa dimensão sociocultural globalizante. Mas a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida (VAINFAS, 1997, p. 120-121).

Segundo o autor, Thompson, por sua vez, valoriza neste campo “[...] a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação” (VAINFAS, 1997, p. 124).

Buscando aprofundar a compreensão das contribuições de Ginzburg e Thompson à História da cultura popular, foram escolhidas duas de suas principais obras para serem analisadas: *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1976) e *Costumes em Comum* (coletânea de ensaios de Thompson publicada em 1991). Justifica-se a relevância desta revisão historiográfica através de Malerba (2006), que ressalta a historicidade do conhecimento histórico como uma de suas características fundamentais – rever, reavaliar e rediscutir a produção historiográfica é, portanto, um elemento essencial da pesquisa histórica.

A partir da análise dos textos de Ginzburg e Thompson, serão discutidas as abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos autores e de que maneira podem ser relevantes para a pesquisa da História da cultura popular.

2. O QUEIJO E OS VERMES

O italiano Carlo Ginzburg, nascido em Turim em 1939, é considerado um dos maiores nomes da micro-história. Autor de diversas obras de História Cultural e Teoria da História, foi com *O Queijo e os Vermes*, publicado em 1976, que se tornou mundialmente conhecido.

O queijo e os vermes pode ser descrito como uma “história de baixo”, porque se concentra na visão de mundo de um membro do que o marxista italiano Antonio Gramsci chamava de “classes subalternas”. O herói do livro, Menocchio, pode ser descrito como um “extraordinário homem comum”, e o autor explora suas ideias sob diferentes ângulos, tratando-o algumas vezes como um indivíduo excêntrico que deixava seus interrogadores desconcertados porque não se encaixava no estereótipo de herege, e em outras ocasiões como o



porta-voz da cultura camponesa, tradicional e oral (BURKE, 2012, p. 42).

Em *O Queijo e os Vermes* Ginzburg investiga a trajetória de um moleiro italiano do século XVI, Domenico Scandella, ou Menocchio, perseguido pela Inquisição por suas ideias heterodoxas.

Graças a uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos [...]. De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós. Mas é também um homem muito diferente de nós. A reconstrução analítica dessa diferença tornou-se necessária, a fim de podermos reconstruir a fisionomia, parcialmente obscurecida, de sua cultura e contexto social no qual ela se moldou (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 9).

Utilizando os registros dos processos conduzidos contra Menocchio pelos inquisidores, Ginzburg busca a origem de suas ideias – uma espécie de materialismo religioso e anticlerical – reconstruindo suas leituras e o ambiente em que viveu na pequena aldeia de Montereale. A partir das discrepâncias entre o que Menocchio leu e as interpretações que adotou, Ginzburg interpôs o crivo da cultura popular do período.

[...] uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa – da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 10).

Desta forma, o autor contorna os problemas apresentados para as pesquisas sobre as classes populares pré-industriais, quais sejam, a escassez de relatos sobre seu comportamento e atitudes e o filtro deformador de intermediários que compõe os que existem (GINZBURG, 2006). De fato, as culturas predominantemente orais do passado só podem hoje ser vislumbradas através de registros que não foram escritos por seus participantes, mas muitas vezes por seus opositores – assim como conhecemos o pensamento de Menocchio por meio de seus perseguidores.

Entretanto, essa dificuldade não deve ser exagerada, pois deve-se reconhecer que não existem fontes objetivas, quem quer que as tenha elaborado - todo documento é um monumento, no dizer de Le Goff (2013) - e a interpretação crítica das mesmas sempre revelará elementos involuntários à vontade de seus autores. Reconstruir o que foi distorcido tendo por base a distorção não é uma tarefa fácil, mas não se deve “[...] jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas, a cultura



popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 16).

Do mesmo modo, o autor italiano rompe com a ideia de que a cultura popular seria apenas um reflexo da cultura dominante, tampouco propõe que seria totalmente independente dela. Ao invés disso, adota o conceito de circularidade da cultura de Mikhail Bakhtin, afirmando que “[...] entre as culturas das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição inglesa, p. 10); o que explicaria “A impressionante convergência entre as posições de um desconhecido moleiro friulano e as de grupos de intelectuais dos mais refinados e conhecedores de seu tempo [...]” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 19).

Menocchio impressiona, de fato, por sua articulação e clareza. Não se acanha diante dos inquisidores e põe-se a discorrer sobre suas ideias, para o espanto dos clérigos, muitas vezes sem se importar com as consequências que sofrerá por isso, tal era seu desejo de comunicar o que pensava. Falava sobre um mundo de origem material, surgido a partir do caos, de onde todos os seres tomaram substância – assim como os vermes surgem a partir do queijo. Criticava o poder da Igreja, equiparava Deus à natureza e dizia que todos os homens compartilhavam do mesmo espírito divino, e que todas as religiões tinham o mesmo valor. Para Ginzburg (2006, prefácio à edição italiana, p. 23):

A defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis ou remissíveis a um ou a outro livro. [...] As raízes de suas afirmações e desejos estão fincadas muito longe, num estrato obscuro, quase indecifrável, de remotas tradições camponesas.

Além de elencar os livros lidos por Menocchio, Ginzburg procedeu à comparação entre seu discurso e o conteúdo dos textos.

Confrontando, uma por uma, as passagens dos livros por ele citados com as conclusões às quais chegava [...], nos vemos às voltas, invariavelmente, com lacunas e deformações, às vezes profundas. Qualquer tentativa de considerar esses livros “fontes” no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio. Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa – um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando sua leitura. Essa rede, essa chave de leitura,



remete continuamente a uma cultura diversa da registrada na página impressa: uma cultura oral (GINZBURG, 2006, p. 72).

Menocchio era, portanto, um pensador original, que utilizava de suas leituras para validar ideias pré-concebidas e arraigadas, ignorando o que não lhe interessava. Isto é perceptível em sua leitura do *Fioretto della Bibbia*, uma crônica medieval catalã:

Alguns conceitos cruciais e alguns dos temas mais discutidos na tradição cultural da Antiguidade e da Idade Média chegaram até Menocchio através de um pobre e desordenado compêndio, o *Fioretto della Bibbia*. É difícil supervalorizar sua importância. Antes de mais nada, deu a Menocchio instrumentos linguísticos e conceituais para que ele elaborasse e exprimisse sua visão de mundo. Além disso, com um método expositivo à maneira dos escolásticos – enunciação e subsequente refutação de opiniões errôneas – contribuiu certamente para desencadear sua voraz curiosidade intelectual (GINZBURG, 2006, p. 106).

O *Fioretto* destinava-se a elencar e em seguida refutar as ideias consideradas heréticas acerca de diversos temas da fé cristã – a imortalidade da alma, a divindade de Cristo, a virgindade de Maria, entre outros. Menocchio, ao lê-lo, entretanto, ignorou as refutações e reteve apenas os postulados que o atraíram. Seu pensamento era permeado pelo imaginário do campo – o trabalho e a relação do homem com a natureza - dotado de um materialismo que não era capaz de aceitar os conceitos metafísicos doutrinados pela Igreja.

Contudo, se, por um lado, Ginzburg enxerga no imaginário de Menocchio a presença da cultura popular europeia do século XVI, reconhece, por outro, que o moleiro não representava, em sentido estrito, os camponeses de Montereale. Estes o tratavam com graus variados de amabilidade e hostilidade; era visto por uns como um excêntrico inofensivo e outros como um herege perigoso. Foi defendido pelo filho mais velho, mas rejeitado pelos demais. Conversava com todos e era visto como cordial, mas parecia ter poucos amigos. Um fato, porém, é inegável: seus conterrâneos não partilhavam de suas ideias, motivo pelo qual Menocchio se via e sentia muitas vezes isolado (GINZBURG, 2006).

Percebe-se, desta forma, a riqueza de discussões trazidas pela análise de dois processos inquisitoriais obscuros – encontrados por acaso por Ginzburg no Arquivo da Cúria Episcopal de Udine em 1962 – e as complexas reflexões que traz acerca da relação entre indivíduo, cultura popular e cultura dominante.



3. COSTUMES EM COMUM

O britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993) foi considerado um dos maiores expoentes do marxismo histórico no século XX. Rompendo com a ortodoxia marxista e com o economicismo vigente, especialmente na década de 1970, Thompson produziu uma forma original de estudar a cultura, inserindo-a no contexto social e econômico, mas sem reduzi-la a um subproduto do mesmo. Numa época que valorizava os grandes esquemas explicativos, prezou pela contextualização e a particularidade, priorizando as fontes aos modelos.

Segundo Vainfas (1997, p. 123), “Edward Thompson se inclui [...] numa corrente que combina a *social history* britânica (muito empirista, a bem da verdade) e o marxismo. Historiador preocupado com as massas e a identidade da classe trabalhadora no contexto específico da industrialização”.

Dentre sua rica bibliografia, foi selecionada a coletânea de ensaios *Costumes em Comum*, de 1991, sua última publicação em vida. Abrangendo textos que vão de 1967 a 1991, *Costumes em Comum* apresenta uma excelente síntese da trajetória intelectual do autor, norteadas pelo tema da cultura popular dos trabalhadores ingleses do século XVIII. Para Thompson (1998, p. 13), a escolha do período é significativa, pois nele “[...] viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a da plebe.”

O século XVIII viu surgir os primeiros impulsos da Revolução Industrial, devido à criação da máquina à vapor e do tear mecânico. Mas seu uso não era disseminado a ponto de eliminar as formas tradicionais de trabalho e produção de imediato. “Muitas das disputas clássicas do início da Revolução Industrial diziam respeito tanto aos costumes como aos salários e condições de trabalho” (THOMPSON, 1998, p. 17).

O costume – que Duby (2011, p. 197) define como “[...] um código muito estrito, imperioso, embora não estivesse em parte alguma registrado” – e a tradição eram invocados pelos trabalhadores como forma de resistência à gradual transição de um modelo paternalista de sociedade para um modelo eminentemente capitalista.

Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei (THOMPSON, 1998, p. 15).



De fato, o costume tinha tal força que sua invocação “[...] com respeito a um ofício ou ocupação refletia uma prática tão antiga que adquiria a cor de um privilégio ou direito” (THOMPSON, 1998, p. 15). Essa característica da cultura popular é intrínseca ao período abordado, de forma que deve-se ter cuidado para evitar generalizações e paralelos elaborados de maneira acrítica. Segundo Thompson (1998, p. 21):

Ao examinarmos o comportamento das classes trabalhadoras no século XVIII, sentimos que é necessário “decodificá-lo” e decodificar suas formas de expressão simbólica, revelando as regras invisíveis, distintas daquelas que os historiadores dos movimentos operários subsequentes se habituaram a esperar.

Acima de tudo, Thompson rejeitava a ideia de cultura como algo homogêneo. Na perspectiva thompsoniana “seria preciso traçar as distinções entre as culturas das diferentes classes sociais, as culturas dos homens e das mulheres e as culturas das diferentes gerações que vivem na mesma sociedade” (BURKE, 2012, p. 23-24).

Para dar continuidade e aprofundamento ao estudo do pensamento de Thompson a respeito da pesquisa sobre a cultura popular, serão analisados a seguir dois de seus principais ensaios contidos em *Costumes em Comum: Patrícios e Plebeus* (1991) e *Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* (1971).

3.1. Patrícios e Plebeus

Ninguém é mais suscetível aos encantos da vida da *gentry* do que o historiador do século XVIII. Suas fontes principais estão nos arquivos da *gentry* ou da aristocracia. Talvez ele até encontre algumas de duas fontes ainda na sala de documentos de uma antiga propriedade rural. O historiador pode se identificar facilmente com suas fontes: ele se vê cavalgando atrás dos cães de caça, comparecendo a uma sessão trimestral do tribunal [...]. Os “trabalhadores pobres” não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta (THOMPSON, 1998, p. 26).

A citação acima traz de forma clara a postura de Thompson e o desafio enfrentado por ele diante de seu objeto de estudo: retratar a História “vista por baixo”, a partir do ponto de vista do homem comum, no caso específico, dos trabalhadores pobres do século XVIII. Por um lado, as fontes documentais foram, em sua grande parte, produzidas a partir da elite, por outro, os historiadores que as analisam de forma acrítica, deixam de perceber que elas constroem um retrato de uma realidade que, mesmo atraente, é



extremamente parcial. A “dura labuta” dos trabalhadores não possui o mesmo apelo, mas diz respeito a uma porção muito mais representativa da sociedade.

Em *Patrícios e Plebeus*, capítulo II de *Costumes em Comum*, Thompson explora as relações entre a *gentry* e os trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII. A *gentry* pode ser compreendida como uma classe intermediária entre a aristocracia e a burguesia – são proprietários de terras, que lhes provêm *status* e títulos, mas suas fortunas são oriundas do comércio, das finanças e da exploração “industrial” do campo (caso típico da lã e da fabricação de tecidos). Essa classe chega ao poder através da Revolução Gloriosa de 1688, e dilapidam o Estado – que se torna parasitário – com vendas de cargos e sinecuras, numa competição em que o dinheiro é o fator principal, e o poder político apenas uma ampliação das possibilidades de enriquecimento. Thompson constrói esse retrato da *gentry* utilizando de profunda análise historiográfica e fontes documentais, desconstruindo o conceito de paternalismo (um elemento, mas não o definidor de uma sociedade), e valendo-se de obras literárias do período para apresentar uma visão crítica dessa classe.

Por outro lado, os trabalhadores pobres foram um grupo bastante variado, ao menos do ponto de vista da *gentry*: “[...] miseráveis, pequenos fazendeiros, vigorosamente independentes, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesãos rurais e assim por diante” (THOMPSON, 1998, p. 26). Através das obras de Daniel Defoe e de relatos do período, inclusive de tribunais, Thompson percebe que os trabalhadores contestam os vínculos de submissão e dependência que a elite procura lhes impor, sendo por isso tratados como preguiçosos e desordeiros. Entre os pobres haviam os relativamente independentes, que ainda detinham uma parcela de posse da terra, mesmo com o cercamento das áreas comuns; os artesãos assalariados, que frequentavam os mercados e participavam da economia monetária; e os bandidos, salteadores e ladrões de gado, figuras frequentes nos processos criminais do final do século XVIII. Thompson afirma que o paternalismo e o clientelismo estavam em decadência no período, porém esclarece que:

Se continua por todo o século a queixa de que os pobres eram indisciplinados, criminosos, inclinados ao tumulto e ao motim, nunca se tem a impressão, antes da Revolução Francesa, de que os governantes da Inglaterra imaginassem que toda sua ordem social estivesse em perigo. A insubordinação dos pobres era uma inconveniência, não uma ameaça. Os estilos de política, de arquitetura, a retórica da *gentry* e suas artes decorativas, tudo parece proclamar a estabilidade, a autoconfiança, o hábito de contornar todas as ameaças à sua hegemonia (THOMPSON, 1998, p. 45).



A partir desse trecho percebe-se que o autor usa o próprio cenário inglês como fonte, observando não apenas o discurso político, mas a arquitetura e as artes como forma de expressão do poderio da *gentry* no século XVIII. Os membros desta classe gostavam de ver a si mesmos como benfeitores dos pobres, aos quais proviam assistência ocasionalmente de modo calculado em busca de deferência; seu distanciamento dos homens e mulheres comuns era, contudo, tão grande, que não havia como os elementos “afetivos” do paternalismo se instaurarem. Mesmo a Igreja Anglicana da época, de tão ligada ao aparelho estatal, distancia-se do povo. A cultura popular que se manifesta na época tem pouco de religiosa, é um folclore de músicas, danças e festas nascidos nas tavernas das cidades e vilas inglesas. Para resgatar essa forte cultura popular, que ignora a cultura da *gentry*, Thompson usa trechos de versos e baladas do período, além de relatos de jornais e depoimentos jurídicos.

Foram muitos os motins e rebeliões populares no século XVIII na Inglaterra, mas Thompson, resistindo ao marxismo ortodoxo, não define o conflito *gentry* x plebeus nos termos clássicos da luta de classes, ainda que preserve sua essência:

Ao analisar as relações *gentry*-plebeus, descobre-se menos uma batalha encarniçada e inflexível entre antagonistas sociais irreconciliáveis que um “campo de força” societal. [...] para muitos objetivos, a multidão se aglomerava num polo, a aristocracia e a *gentry* no outro, e até o final do século os grupos profissionais e comerciais estavam ligados por linhas de dependência magnética aos governantes ou, de vez em quando, escondiam a face na ação comum junto à multidão (THOMPSON, 1998, 69).

O autor britânico critica a visão de que a existência de uma classe ou grupo dominante implique no controle de todos os aspectos da experiência dos grupos subordinados, demonstrando a existência de cultura e formas de pensar e agir próprias dos trabalhadores pobres ingleses do século XVIII, ainda que inseridos num contexto de dominação político-econômica. Além disso, a polarização entre “Patrícios e Plebeus” só pode ser entendida em face do discurso elitista de uma “sociedade de uma classe só”, especialmente no meio rural, mas não deve ser utilizada como uma descrição absoluta das tensões sociais inglesas dos oitocentos. Havia outros grupos, especialmente uma camada média urbana que ganha força no final do século.

Desta forma, percebe-se que o estudo dos homens comuns, ainda que uma tarefa difícil pode e deve ser realizada, pois nas entrelinhas das canções, das disputas judiciais e da literatura, estas pessoas ganham voz. Thompson reconstrói magistralmente as



relações entre *gentry* e trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII, e demonstra que estes últimos eram detentores de cultura própria, ainda que não se reconhecessem de fato enquanto classe, fenômeno que só ocorrerá com a industrialização massificada no século XIX.

3.2. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII

Thompson inicia o capítulo IV de *Costumes em Comum*, intitulado *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, fazendo uma crítica aos historiadores que veem os motins e revoltas da população pobre da Inglaterra em tempos de fome e escassez pelo aspecto exclusivamente econômico. Para tais autores, as rebeliões nada mais eram do que a expressão da miséria dessa camada da população, que regia de forma instintiva e inconsciente às situações de carestia. Thompson se opõe afirmando causas mais profundas nestas manifestações populares, para ele:

É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência (THOMPSON, 1998, p. 152).

Para embasar seus argumentos o autor britânico utiliza de relatos da época, panfletos, tratados, decisões judiciais, disposições oficiais, jornais, trechos de legislação, canções, obras literárias, entre outros, além de profunda revisão historiográfica.

Thompson prossegue então com uma exaustiva análise dos tipos de pão produzidos e consumidos na Inglaterra do século XVIII e como sua produção e comércio eram regulamentados. Tal era a importância do pão para os trabalhadores ingleses que Thompson chega a afirmar que:

Assim como falamos do nexos monetário que emergiu com a Revolução Industrial, em certo sentido podemos falar do nexos do pão no século XVIII. O conflito entre o campo e a cidade era mediado pelo preço do pão. [...] no século XVIII, os trabalhadores mobilizavam-se e partiam para a ação por causa do aumento dos preços (THOMPSON, 1998, p. 153).

Na legislação e práticas do período percebe-se um modelo paternalista, que, apesar de constantemente burlado, regulamentava os mercados e os preços: eram proibidas



a venda por amostragem, os pobres deveriam ter prioridade na compra, todos os grãos deveriam ser expostos, o padeiro e o moleiro não deveriam obter lucro, etc. Em oposição a isto, antes mesmo da publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, princípios do *laissez-faire* começaram a ser aplicados pela economia política inglesa, quebrando o modelo tradicional, ou antes, validando as práticas antes consideradas condenáveis, como a venda antecipada. O fortalecimento do liberalismo econômico a partir da metade do século XVIII monetariza os diversos aspectos da produção e distribuição de grãos e cria a figura do intermediário, que atua entre o fazendeiro e o mercado.

[...] a multidão tirava a sua noção de legitimidade do modelo paternalista. Muitos fidalgos ainda se indignavam com o intermediário que para eles era um mercador não autorizado. Nos lugares em que os senhores das herdades conservavam os direitos do mercado, eles se ressentiam da perda de seus tributos mercantis [...]. Se eram senhores fazendeiros, que viam a farinha grossa ou fina ser negociada a preços desproporcionalmente elevados em relação ao que recebiam dos negociantes, eles se indignavam ainda mais com os lucros desses comerciantes comuns (THOMPSON, 1998, p. 165).

Fica evidente que a insatisfação que os trabalhadores pobres sentiam com as novas regras (ou falta delas) do mercado era compartilhada por membros de camadas sociais superiores, razão pela qual alguns magistrados chegaram a ser acusados de apoiar as rebeliões da multidão pelo aumento dos preços do trigo. O moleiro tornou-se uma figura odiosa, pois alguns moinhos ainda detinham privilégios senhoriais monopolistas sobre algumas aldeias, enquanto o padeiro, apesar de alvo de críticas e reclamações, era protegido da fúria da turba pela lei que regulava seus lucros. Thompson (1998) chega a resgatar de um jornal uma ameaça postada em praça pública contra os exportadores de grãos, vistos como traidores do próprio povo em busca de lucros.

A respeito das revoltas populares que se tornavam frequentes em tempos de crise, Thompson (1998, p. 180) afirma que: “[...] não há dúvida de que as ações eram aprovadas por um esmagador consenso popular. Havia uma convicção profundamente arraigada de que os preços *deviam ser* regulados em tempos de escassez, e de que o aproveitador se excluía da sociedade”.

Percebe-se, desta forma, a razão do título *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* (grifo nosso): as pessoas não reagiam apenas à fome, mas em defesa de uma série de princípios de bem comum que deveriam regular o mercado, derivado em parte de um modelo paternalista de dominação, mas profundamente entranhado no imaginário dos homens e mulheres comuns (e também em muitos não comuns). Somente



após as Guerras Napoleônicas e com o avanço da Industrialização é que essa percepção se transforma, ou ao menos deixa de mover as autoridades, que até o século XVIII por vezes intervinham em favor das multidões, com baixa e fixação dos preços do pão.

Thompson, através de uma reavaliação destas revoltas populares, conseguiu reconstruir parte do universo do trabalhador pobre do século XVIII na Inglaterra, demonstrando que suas manifestações, para além de suas causas superficiais, eram movimentos complexos que só podem ser compreendidos dentro da dinâmica socioeconômica do período; eram lutas por direitos tradicionais e princípios consagrados pela prática secular. Nas palavras do autor, “O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” (THOMPSON, 1998, p. 152). Desta forma, utilizando as fontes e uma extensa bibliografia de forma crítica, Thompson pôde devolver ao povo comum a condição de agente histórico.

4. ENTRE HEREGES ITALIANOS E PLEBEUS INGLESES

Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural... Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (DE CERTEAU apud NUNES, 2011, p. 17).

Abordando períodos e sujeitos profundamente distintos – um moleiro italiano condenado pela Inquisição no fim do século XVI e os trabalhadores ingleses, especialmente rurais, do século XVIII – Ginzburg e Thompson possuem similaridades marcantes em suas abordagens.

A principal delas é a primazia das fontes. Ambos desvencilham-se do positivismo ingênuo que toma os documentos como veículos de uma verdade inquestionável, mas ao mesmo tempo não caem na armadilha de recorrer a modelos explicativos que ignoram as evidências em virtude de teorias pré-concebidas. Foram precursores, portanto, da afirmação de Ferreira e Franco (2009, p. 64) de que:

É a partir das fontes que os historiadores extraem os fatos que utilizarão para a escrita da História. Os fatos nunca são coisas dadas, mas o resultado de um diálogo entre o documento e seu leitor. Dependem das perguntas que o historiador propõe, dos elementos que tem para poder confrontar com outros fatos, do cruzamento com outras fontes.



As fontes utilizadas por eles são vastas. Ginzburg utilizou os processos inquisitoriais encontrados em Udine como ponto de partida, mas procedeu a uma pesquisa minuciosa de todos os livros que Menocchio leu, levantando dez obras, entre crônicas, poemas e tratados teológicos medievais. “Mesmo uma documentação exígua, dispersa e renitente pode, portanto, ser aproveitada” (GINZBURG, 2006, prefácio à edição italiana, p. 16).

Já Thompson, estudando um período onde a difusão da escrita e da imprensa já estava consolidada e a censura religiosa não era mais um fator, teve acesso a recortes de jornais, panfletos, obras científicas, almanaques, coletâneas de contos e canções, registros judiciais, entre outros. Mesmo utilizando fontes escritas, Thompson percebeu nelas um eco das tradições orais, uma vez que:

Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de “últimas palavras” e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções (THOMPSON, 1998, p. 18).

A despeito da diversidade de fontes, ambos as exploraram de forma similar, confrontando-as entre si, buscando contradições e discrepâncias e escavando a realidade oculta sob a formalidade da escrita. Ginzburg usou a imaginação para vislumbrar uma cultura oral camponesa através das fantasias de Menocchio, mas o fez sem perder de vista o que sabia de concreto. Thompson, por sua vez, resgatou um complexo sistema de valores e de reivindicações, onde outros autores apenas viam uma reação automática às penúrias enfrentadas pelos pobres ingleses.

Nenhum dos autores, todavia, poderia ter concluído suas obras sem o amparo de uma vasta bibliografia. São dezenas de notas e referências por capítulo, mostrando um grande domínio intelectual da produção acadêmica de sua época.

Finalmente, Thompson compartilha da compreensão de Ginzburg de que a cultura popular não é fechada em si mesmo, nem produto passivo das relações de dominação das classes superiores. O autor britânico compreende a cultura como algo dinâmico e em processo de constante conflito:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um



consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

5. CONCLUSÃO

O discurso historiográfico surge a partir das escolhas do pesquisador, das suas experiências e preferências; da sua sensibilidade ao enxergar as pistas deixadas pelas pegadas dos homens no tempo, ao observar fatos aparentemente insignificantes inseridos na realidade complexa, mas nem sempre perceptível em um primeiro momento (NUNES, 2011, p. 18).

O desenvolvimento da pesquisa histórica produziu uma série de modelos, técnicas e temas de pesquisa. A princípio detendo-se nos grandes líderes e nos eventos político-militares, a História passou a ocupar-se com preocupações mais abrangentes: a sociedade, a economia e, por fim, a cultura. Neste rico campo de debates, de constante disputa, fazem-se questionamentos sobre as relações de classe, sobre os processos de diferenciação e sobre a forma como homens e mulheres compreendem a si próprios e ao mundo em que vivem.

Ao abordar o tema da cultura popular, por exemplo, surgem diversas indagações: De que forma é possível compreender os conflitos existentes dentro de uma mesma cultura? Como diferenciar aquilo que é imposto às classes subalternas pelas classes dominantes daquilo que é de sua produção? Para tentar responder a estes e outros questionamentos, foram utilizadas as obras de Carlo Ginzburg e E.P. Thompson.

Ginzburg e Thompson são, sem sombra de dúvida, dois dos maiores nomes da historiografia europeia do século XX, e suas contribuições para a pesquisa histórica sobre a cultura popular nas sociedades pré-industriais são imensas. Ronaldo Vainfas chega a elencá-los entre as três maneiras de tratar a História Cultural:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural [...].
2. A história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa – particularmente os conceitos de representação e apropriação expostos em seus estudos [...].
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das “classes populares” na Inglaterra do século XVIII (VAINFAS, 1997, p. 120).

Duas obras destes consagrados autores foram elecandas para os propósitos deste trabalho: *O Queijo e os Vermes* (1976), de Ginzburg, e *Costumes em Comum* (1991), de Thompson.



O Queijo e os Vermes, livro que se tornou clássico da micro-história, trata do processo inquisitorial contra moleiro Menocchio na Itália do século XVI, e busca reconstituir sua visão de mundo, suas leituras e a cultura camponesa na qual estava inserido. *Costumes em Comum*, por sua vez, é uma coletânea de artigos sobre a cultura popular tradicional dos trabalhadores ingleses do século XVIII, dos quais destacamos *Patrícios e Plebeus* e *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*.

No que pesem suas diferenças de período e local, *O Queijo e os Vermes* e *Costumes em Comum* demonstram diversas similaridades, em especial na forma como seus autores travam um diálogo profundo com as fontes para resgatar uma cultura popular que deixou poucos rastros.

Ao romper com os paradigmas que dominavam a produção histórica, especialmente na década de 1970, Carlo Ginzburg e Edward Thompson demonstraram que, através de pesquisa minuciosa, da análise crítica das fontes e de respaldo bibliográfico, é possível, com uma boa dose de imaginação e bom senso, dar voz aos homens e mulheres comuns do passado.



REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **O Que É História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Conhecimento: Uma Abordagem Epistemológica. In: _____; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19.
- DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: _____. **Idade Média, Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 195-205.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: Reflexão e Ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: _____ (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.
- NUNES, Daniela. Pesquisa Historiográfica: Desafios e Caminhos. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 2, n. 5, p.15-25, jun. 2011.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____ (orgs.). **Domínios da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 102-128.
- _____. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____ (orgs.). **Domínios da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 336-342.